



José Gabriel Ávila *

A nossa força está no Arquipélago

O sistema democrático é um conceito multifacetado e, como tal, objeto de interpretações diversas, derivadas da evolução económica, política, social e dos valores humanos que devem orientar as sociedades.

É por isso que a Encíclica “Centesimus annos” (1991) de João Paulo II afirma que «Uma democracia sem valores converte-se facilmente num totalitarismo aberto ou dissimulado.» (nº46) Neste conceito integram-se a reta conceção da dignidade da pessoa humana, o bem comum e o Estado de direito.

É a partir daqui que tem de entender-se o sistema democrático que se funda na liberdade de opinião, na participação cívica e na livre escolha dos agentes eleitos para exercerem com competência, responsabilidade e justiça o poder delegado pelos cidadãos. Uns e outros não se podem arvorar em donos e senhores absolutos da verdade, mas em administradores honestos da coisa pública (res publica), primando pela transparência dos atos, sabendo ouvir as várias opiniões e decidindo em conformidade com a justiça e o bem comum, desempenhando a função com sabedoria, dignidade e honestidade.

Todo o poder político é transitório. Em democracia, ninguém é dono do cargo que exerce.

Nunca é demais lembrar estes procedimentos, sobretudo nestes tempos que, em muitos países, há governantes que se prolongam nos cargos, como se fossem vitalícios. Eleitos por regimes alegadamente democráticos, de imediato se transformam em autocratas e ditadores, opressores do povo que os elegeu, sobretudo da grande massa dos mais desprotegidos.

Não pretendo com este intróito afirmar que o sistema político regional enferma da situação atrás referidas. Todavia, muitos cidadãos apresentam fortes indícios de desaprovação de um persistente abandono das populações mais afastadas, não resolvendo crónicas situações do seu quotidiano e das atividades sócio-económicas que, a custo, desenvolvem para sobreviver.

Está surgindo neste clima de insatisfação um prejudicial sentimento bairrista, como há muito não se via. Ele manifesta-se através de agentes políticos e económicos que “forçam” os detentores do poder a cumprir promessas antigas e a resolverem situações clamorosas, por incúria e incompetência.

Em todas as ilhas existem situações dessas sobretudo nas localidades e concelhos mais pequenos e afastados.

Não são guerras em favor do predomínio deste ou daquele concelho. São reivindicações sobre questões básicas como melhoramentos e segurança na mobilidades terrestre, marítima e aérea, subvenções às empresas, apoio à atividade piscatória, beneficiação de edifícios públicos, impedimentos no acesso às ATM, falta de habitação, melhoria dos cuidados de saúde, despovoamento e envelhecimento populacional, etc, etc.

Não fossem as autarquias locais – Câmaras e Juntas de freguesia –, a mão do Executivo Açoriano não se vislumbria nos locais mais longínquos, onde há um desconhecimento geral de quem são os seus representantes eleitos democraticamente.

Mas nem todas as ilhas e localidades estão no role do esquecimento.

Há dias, o Conselho de Ilha de São Miguel discutiu uma série de problemas, como os atrás referidos. Presumo que antecipando o apoio às propostas que Bolieiro pretende integrar no próximo Plano e Orçamento para 2027.

Decidiu também, segundo o jornal “Açoriano Oriental” pedir ao Governo “a promoção do transporte marítimo de passageiros dentro do Grupo Oriental e deste com as restantes ilhas do arquipélago.”

Folgo com esta tardia reivindicação, pois ela reabre as portas da “Ilha Grande Fechada”, no dizer de Daniel de Sá, ao restante arquipélago. Muitos dos residentes em São Miguel estão impedidos de viajar de barco para as outras ilhas enquanto os outros açorianos se deslocam por mar. Este impedimento forçado cava um fosso entre a “Ilha Grande” e as “Ilhas de Baixo” e gera as dissensões e incompreensões que se agravam a olhos vistos.

Nunca é demais lembrar que uma parte significativa da economia e da produção micalense tem em vista o restante arquipélago.

Basta ver a expansão das grandes superfícies comerciais: “Pingo Doce” e “Continente” pelas ilhas Terceira, Pico e Faial, onde instalaram várias lojas, a instalação de empresas do setor turístico e hoteleiro -hotéis e rent-a-cars - com unidades espalhadas pelo arquipélago, bem como o comércio alimentar que inclusive se tem adaptado aos produtos típicos locais.

É o comércio interno em expansão, beneficiando dos produtos alimentares concorrentes nos laticínios, próprios de cada ilha e de outros bens de consumo da nossa dieta alimentar.

Este intercâmbio comercial é fundamental para colmatar as carências de produtos existentes nas ilhas onde a procura de bens é menor e não se justifica a produção local.

É uma prática ancestral o transporte de mercadorias e passageiros em iates e barcos de cabotagem que circulavam pelo arquipélago entre os grupos central e oriental.

O transporte de encomendas, que normalmente só existiam no comércio citadino, fazia-se através das viagens semanais dos “iats do Pico”.

Há uns anos acrescentados, o proprietário da antiga “Casa das Gabardines”, sabendo as minhas origens, contou-me que os comerciantes de Ponta Delgada tinham tal confiança na seriedade dos marinheiros dos iats do Pico que eles levavam a mercadoria e só na viagem seguinte a pagavam. Quem faria isso hoje?

Importa corrigir, quanto antes, o erro de ter suspenso o transporte marítimo de passageiros e viaturas, porque, como transporte complementar ao da SATA, em vários momentos da época alta, ele restringe a procura de viagens aéreas e, sobretudo, permite aos visitantes e açorianos de todas as ilhas viajarem por mar e conhecerem melhor o arquipélago, em viatura própria. Para isso, o navio “ferry” deverá velocidade suficiente e capacidade para um razoável número de passageiros e viaturas, reduzindo-se, embora, o número de viagens e aumentando-se o custo das tarifas.

Os dados disponíveis permitirão melhorar os trajetos e horários permitindo que o arquipélago possa dispor de um serviço que responda às populações em casos extremos em que a proteção civil é chamada a intervir.

E deixemo-nos de andar de costas voltadas.

Só unidos e solidários atingiremos o patamar de progresso e bem-estar a que todos temos direito.

